



ELEIÇÕES

Moro ataca TCU e diz que divulgará ganhos

Presidenciável critica Corte e se compromete a publicar, amanhã, os rendimentos obtidos em consultoria americana

» CRISTIANE NOBERTO
» TAÍSA MEDEIROS

Sob pressão, o ex-ministro Sergio Moro, pré-candidato à Presidência pelo Podemos, prometeu divulgar, amanhã, os ganhos que obteve com a prestação de serviços ao escritório Alvarez & Marsal. Ele trabalhou na área de compliance da consultoria americana depois de deixar o Ministério da Justiça, em 2020, e permaneceu até outubro do ano passado, quando decidiu entrar na corrida pelo Planalto.

O questionamento sobre os rendimentos dele na consultoria partiu do Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia se houve conflito de interesses pelo fato de o escritório atender empreiteiras investigadas pela Operação Lava-Jato, da qual ele foi o juiz responsável pelos casos (leia Entenda o caso). O PT chegou a cogitar colher assinaturas para abrir uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), mas acabou desistindo.

"Apesar da natimorta CPI e das ilegalidades do processo no TCU, eu, por consideração aos brasileiros e em nome da transparência que deve pautar a política, na sexta (amanhã), divulgarei meus rendimentos na empresa em que trabalhei", afirmou Moro, em vídeo postado no Twitter. "Não estou cedendo ao TCU. O TCU está abusando, mas eu quero ser transparente com você, com a população brasileira, como toda pessoa pública deve ser."

De acordo com Moro, se houvesse investigação, não seria encontrado "nada de errado", e os críticos iam "quebrar a cara". Disse também que esse processo

Sergio Dutti/divulgação



O ex-ministro Sergio Moro diz que vai publicar rendimentos "em nome da transparência que deve pautar a política"



Não estou cedendo ao TCU. O TCU está abusando, mas eu quero ser transparente com você, com a população brasileira, como toda pessoa pública deve ser"

Sergio Moro, pré-candidato do Podemos à Presidência da República

na Corte de contas "é um abuso, cheio de ilegalidades". Ele ainda destacou que, além dos valores recebidos, publicará o Imposto de Renda.

Na segunda-feira, a Alvarez & Marsal divulgou nota na qual enfatizou que Moro não atuou junto às empresas investigadas na força-tarefa que são atendidas pela empresa. São elas: Odebrecht, Galvão Engenharia

e OAS, responsáveis por 75% do faturamento da consultoria. O escritório também destacou que "prestou todos os esclarecimentos solicitados pelo TCU de forma tempestiva e colaborativa, sendo que o parecer técnico do tribunal demonstrou não haver nenhum tipo de conflito".

Ainda segundo o comunicado, Moro atuou na área de compliance e, no contrato,

estava expressamente escrito o impedimento de "atuar direta ou indiretamente no atendimento a clientes que tivessem qualquer envolvimento com a Operação Lava-Jato ou empresas investigadas por ele ao longo de sua carreira como juiz ou ministro, estando totalmente delimitado a atuar dentro do seu escopo de trabalho em disputas e investigações".

Entenda o caso

Conflito de interesses

Em dezembro do ano passado, o ministro Bruno Dantas, do TCU, determinou que a consultoria Alvarez & Marsal apresentasse os documentos ligados à saída do ex-juiz Sergio Moro da empresa, quando se lançou na política. Provocada pelo subprocurador Lucas Furtado, a Corte quer saber os termos do contrato e valores previstos no encerramento, incluindo o salário que o ex-ministro da Justiça recebia na empresa, uma vez que a Alvarez & Marsal presta serviços a empresas envolvidas na Lava-Jato. Na última terça-feira, Furtado oficiou Dantas, pedindo a adoção de "medidas junto ao Banco Central e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para obtenção dos documentos."

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Federação de esquerda PT-PSB-PCdoB-PV avança, mas Lula quer ampliar alianças

Dirigentes do PT, PSB, PCdoB e PV avançaram, ontem, na definição da federação que esses partidos estão constituindo, com base na nova legislação eleitoral. Os entendimentos, porém, continuam tensos em razão das disputas regionais.

Os quatro partidos chegaram à definição quanto ao comando da federação: os petistas ficarão com 27 dos 50 lugares da assembleia diretiva, enquanto o PSB ocupará 15 postos. PSol e PCdoB ocupariam quatro cada um. O PT tem, hoje, 53 deputados; o PSB, 30; o PCdoB, oito; e o PV, quatro. Para equilibrar a relação entre o PT e as demais forças, já que o partido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem maioria de assentos, as decisões seriam tomadas por maioria de dois terços e haveria um rodízio no comando da Executiva, que seria formada por um presidente e três vices, com um representante de cada partido.

Pela legislação vigente, as federações terão que se manter durante quatro anos e serão verticalizadas, ou seja, se reproduziriam em todas as unidades da Federação e teriam que valer

para as eleições municipais de 2024, o que é um problema a mais. Os partidos estão enfrentando muitas dificuldades para conseguir reproduzir as federações em nível estadual e terão ainda mais, em nível municipal.

Como a nova legislação está exigindo que os partidos formem federações até 1º de março, ou apresentem chapas competitivas nos estados até as convenções, em junho, esse calendário está sendo considerado esquizofrênico. Os partidos recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que esse prazo seja prorrogado, de preferência até as convenções partidárias — ou seja, para depois da janela de transferência de partido, em março.

PT, PSB, PCdoB e PV, portanto, deram ontem apenas um passo decisivo, porém ainda há muitas indefinições com a relação à forma como as federações serão compostas nos estados. Além disso, Lula quer ampliar as alianças do PT.

Hoje haverá uma reunião da Executiva do PSDB para discutir uma eventual federação com o Cidadania. As negociações foram iniciadas entre os

presidentes das duas legendas, o ex-deputado Bruno Araujo (PSDB) e o ex-deputado Roberto Freire (Cidadania), mas estão empacadas. A Executiva do Cidadania também abriu negociações com o Podemos, o MDB e o PDT, em razão do fato de que há grande resistência à coligação com os tucanos em estados importantes, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Paraíba e Pará.

Os maiores interessados na coligação com o PSDB são as seções de São Paulo, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. O fato de a candidatura do governador de São Paulo, João Doria, não decolar está dificultando muito a coligação entre o Cidadania e o PSDB. A maior dificuldade é a definição de critérios para escolha de candidatos majoritários e a formação de chapas proporcionais nos estados, respeitando o peso de cada seção regional das legendas.

Diferenças locais

Essa complicação para a formação de federações decorre das dimensões continentais do país e suas diferenças

PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, AS FEDERAÇÕES TERÃO QUE SE MANTER DURANTE QUATRO ANOS E SERÃO VERTICALIZADAS, OU SEJA, SE REPRODUZIRIAM EM TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E TERIAM QUE VALER PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024, O QUE É UM PROBLEMA A MAIS

regionais, reforçadas pelo caráter federativo do Estado brasileiro. A autonomia relativa dos partidos nos estados vem desde a República Velha e sobreviveu na Segunda República, que adotou o sistema proporcional de votação para o Legislativo. Ao contrário do que muitos imaginam, esse sistema foi criado para fortalecer os partidos, diante da tradição de voto uninominal herdada desde as câmaras municipais do período colonial. A tentativa de centralização e implantação de um sistema bipartidário, ocorrida durante o regime militar — com a criação por decreto da Arena, governista, e do MDB, o de oposição —, fracassou. Para evitar a implosão da Arena, em razão das disputas locais, os militares até criaram as sublegendas, que permitiam aos partidos apresentarem três candidatos para os cargos majoritários, mas o expediente também deu errado.

A propósito, foi durante o regime militar que a formação de uma grande frente política ocorreu, tendo como estuário o MDB, que acolheu as principais forças de oposição. Naquela época, também se

imaginava a formação de uma frente de esquerda, mas o que vingou foi mesmo uma ampla coalizão democrática liderada pelos liberais.

Depois de sucessivas vitórias eleitorais do MDB, em 1974 e 1978, os militares desistiram do bipartidarismo e permitiram a formação de novos partidos, com o intuito de dividir a oposição. O PT foi criado nessa época, sob a liderança de Lula, juntamente com o PDT, encabeçado por Leonel Brizola, que se elegeu governador do Rio de Janeiro em 1982. O velho PTB havia sido refundado, sob controle de Ivette Vargas, mas não representava mais a grande massa sindicalizada. O MDB virou PMDB (era obrigatório ter partido no nome) e a antiga Arena, desgastada tanto quanto os militares no poder, mudou o nome para PDS (o atual PP).

Mesmo assim, em 1985, formou-se uma ampla frente democrática para eleger Tancredo Neves (PMDB) no colégio eleitoral, com o apoio de uma dissidência da Arena e a oposição isolada do PT.